Bases para o desenvolvimento agrário no Brasil

F. ALVES DE ANDRADE

(Pronunciamento por ocasião da abertura da Semana do Engenheiro-Agrônomo na Escola de Agronomia da U.F.C., a 9.10.72).

Obedecendo a uma tradição, reunem-se profissionais de agronomia para comemorar o dia do Engenheiro-agrônomo com uma semana de estudos e reflexões sobre a problemática da terra e do homem rural no Brasil.

Sob a égide da Associação dos Engenheiros-agrônomos do Ceará, ativamente presidida pelo Prof. José Paiva de Freitas e à sombra desta Escola de Agronomia, orientada num sentido novo de trabalho intensivo pelo Prof. Otávio de Almeida Braga, aqui se encontram agrônomos de diferentes campos de atividades e frentes de operação.

Entre os estudos programados, insere-se o Simpósio de atualização em avicultura, iniciativa de ordem prática, destinada a contribuir consideralmente para a produtividade da exploração avícola no Nordeste, cujo desenvolvimento tem progredido nestes últimos tempos.

Esta Instituição, Casa-Mater de formação agronômica, ergue-se como um templo de consciencias voltadas para o alto, congregando em torno do ensino, da pesquisa e da extensão rural, o melhor das aspirações da classe, em termos de solidariedade profissional e harmonia de entendimentos.

Permiti, à guisa de saudação e ao mesmo tempo, no intuito de divulgar o ponto de vista perfilhado pela Federação das Associações de Engenheiros-agrônomos do Brasil, que aqui mencione e refira alguns tópicos do documento básico, revisto e ratificado no VII Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado no ano passado nesta Escola de Agronomia.

Sob a epígrafe de **"Bases para o Desenvolvimento Agrário no Brasil"**, as Associações de Engenheiros Agrônomos, aprovaram na

Federação o aludido documento, que somente agora voltou ao prelo para publicação. Consideremos que a classe não constitui apenas um agregado de técnicos de cultura geral, mas, no âmbito, avulta uma colmeia tendente à especialização, cônscia de suas responsabilidades, detentora das chaves para o desenvolvimento agropecuário à luz da ciência e da tecnologia. E assim se conceitua uma declaração de princípios:

"Estamos vivendo na era da afirmação da tecnologia em que, num sentido humanístico, devemos harmonicamente sintonizar as aspirações da pátria de hoje, visando o bem-estar e o desenvolvimento do Brasil de amanhã."

"Os Engenheiros-agrônomos do Brasil entendem e proclamam que a fome não é causada apenas pela escassez de alimentos, mas, principalmente, pela má distribuição da riqueza e inadequação de estruturas socio-econômicas. Assegurem os poderes públicos os meios para os agricultores e empresários produzirem, e garantam efetivas condições de industrialização, que a fartura banirá o espectro da fome. A ciência encontrará sempre meios para a sobrevivência da humanidade, com a participação decisiva do engenheiro-agrônomo."

O documento expressa e define o pensamento dos engenheiros-agrônomos brasileiros, relacionando-o com as metas do desenvolvimento agropecuário do País. E firma pontos de vista que implicam transformações dinâmicas e estruturais como: a reforma agrária, a produção nacional de insumos básicos, apoio técnico-agronômico, crédito rural, armazenamento, comercialização, abastecimento, eletrificação rural, política agropecuária e política profissional.

Em relação à reforma agrária, considera a classe agronômica ser a mesma o evento mais importante não só no campo econômico, como na vida social e política do País.

A Federação das Associações de Engenheiros-Agrônomos do Brasil considera porém falho o processo de fixação de áreas prioritárias de Reforma Agrária, porquanto, são visíveis as influências políticas e a desobediência ao critério técnico na escolha das mesmas.

As medidas técnicas de caráter agronômico aconselham, especialmente, o zoneamento agrícola, a classificação e capacidade de uso dos solos, diferentes "tamanhos ótimos" em função das diferentes regiões e das possibilidades de aplicação da tecnologia exigida.

Os orgãos incumbidos de executar a Reforma Agrária brasileira têm dado ênfase a problemas estanques em núcleos de colonização oficial, absorvendo recursos sem a contrapartida de rendi-

mento social amplo, quando, há muito, deviam estar emancipados e com vida própria.

Recomenda a Federação que o INCRA deve voltar suas maiores atenções para o interior do País, criando uma nova estrutura agrária nas áreas a serem colonizadas, que atenda à capacidade empresarial dos agricultores e à produção para o consumo interno e para a exportação.

A deficiência de consultas aos agrônomos e a suas associações no que tange a decisões que implicam conhecimentos de natureza técnica, e, algumas vezes, a não consideração ao que tem sido recomendado pelos estudiosos podem ser identificadas como pecado original que infirma as bases de muitas decisões políticas, tendentes à frustração.

A FAEAB atribui a reduzida participação de engenheiros-agrônomos no quadros diretivo e de execução do INCRA uma das principais razões das dificuldades geradas na execução da reforma agrária no Brasil.

Acrescentemos que o vício de afastar-se o agrônomo brasileiro experiente do problema agrário, e de excluí-lo das altas decisões em matéria de política objetiva, e mesmo da elaboração de planos e projetos específicos gera a estagnação e o desespero. Faltará em consequência, aos serviços, aquela idoneidade brasileira, a caminho de soluções realistas, compatíveis com o desenvolvimento nacional.

A FAEAB tem verificado que empresas estrangeiras, contratadas para elaborar planos de reforma agrária, não demonstram qualificação superior à dos escritórios de planejamento nacionais. Ao contrário, os planos elaborados por escritórios estrangeiros revestem-se de excessiva teoria, sem o conteúdo informativo capaz de fornecer elementos práticos para a execução de trabalhos de campo. Ora, a contratação de empresas e técnicos estrangeiros, invariavelmente realizada à base de elevados custos, somente pode ser levada a efeito após constatada a inviabilidade de aproveitar os recursos humanos nacionais.

A pauta dos recursos nacionais está na ordem do dia. Haveremos de lutar por essa prioridade. Será então necessário incentivar e especializar a mão de obra em seus mais diversos níveis, a administração, bem como a aplicação de novos métodos de exploração visando aumentar a produção agrícola em condições de economicidade.

O que se empreende nesta Semana com o Simpósio de atualização de conhecimentos avícolas no Nordeste é bem um exemplo daquela providência relacionada com a melhoria de qualificação de pessoal nos diversos níveis.

Outros problemas surgem na sequência da capacitação profissional, a exemplo da fertilização das terras, da produção de defen-

sivos para o combate às pragas, do acesso aos meios e incentivos destinados à reprodução animal e vegetal, assim como à mecanização, irrigação e drenagem que demandam solução inadiavel.

Considerando os amplos propósitos da irrigação, conforme o plano Indicativo Mundial Para o Desenvolvimento da Agricultura, destinado a prover as necessidades de abastecimentos futuros, bem como assim a necessidade de fortalecimento da infra-estrutura agrícola do Brasil, conforme as Metas e Bases para a Ação do Governo e os projetos prioritários de Plano Nacional de Irrigação, a classe agronômica brasileira formulou pela FAEAB as seguintes recomendações que, nesta oportunidade, devemos relembrar:

1 — que se promova a execução integral do plano programado, ultimando-se os trabalhos de infra-estrutura para a implantação dos planos integrados, compreendendo a irrigação, drenagem e fertilização;

2 — que, sem qualquer solução de continuidade, sejam implantadas as estruturas hidráulicas de grande e médio porte, destinadas a cobrir toda a área irrigável, de acordo com as características dos projetos;

3 — que, de acordo com o condicionamento agronômico, promova-se execução dos trabalhos de sistematização das terras a serem irrigadas pelos métodos indicados;

4 — que, desde já proceda-se a amplos trabalhos de treinamento de pessoal, para os mesmos fins, em todos os níveis, no território nacional e principalmente no Nordeste, onde o problema irrigatório, por condições ecológicas, oferece grande complexidade, tendo-se sempre em mira a oportunidade para a irrigação conservacionista;

5 — que, considerando a importância da organização das comunidades rurais e a necessidade de que as mesmas se façam em bases de reformas estruturais, de conteudo e sentido humano, sejam estudados e propostos modelos, consoante as condições brasileiras, em projetos atualizados e bem definidos.

À esta altura, convém lembrar o veemente apelo dirigido ao Ministro da Agricultura pela Associação de Engenheiros-Agrônomos do Ceará, no sentido de fazer chegar às mais altas autoridades da República o pedido de abertura de amplas frentes de trabalho para os profissionais de agronomia, dentro dos planos de integração nacional. Tal apelo foi aprovado pelo Congresso, ponderando-se entre outras, a seguinte justificativa: "Os maciços investimentos do sistema 34/18 da SUDENE, as obras de irrigação em via de implantação, os projetos de investimentos em execução, o esforço em-

preendido pela extensão, ensino, pesquisa e experimentação requerem sangue novo, isto é, o trabalho dos que se vêm capacitando nas Escolas, em número crescente, na convicção de que, sendo a agricultura a meta mais real e franca do Governo, encontrarão mercado de trabalho amplo para as suas atividades profissionais."

Forçoso é reconhecer que não foi rompida a estagnação, enquanto avulta, não só no Nordeste, mas no Norte do País, a necessidade de mobilizar todo o pessoal técnico disponível para a dinamização do setor agropecuário, preparando-o previamente para a nova missão, mediante treinamento adequado aos novos fins.

Bases de operação do Ministério da Agricultura e outras tantas de Secretarias de Agricultura jazem ociosas, parecendo autênticos latifúndios por exploração assim conceituados pelo Estatuto da Terra.

Ora, a nossa fé e confiança nos grandes destinos do Brasil, a nossa esperança nos bons e sadios propósitos governamentais obrigam-nos proclamar que a burocratização da classe agronomica deve ser repelida!..

No que tange ao ensino, recomenda o Documento Básico aprovado pela Federação das Associações de Agrônomos no Brasil que a reforma curricular deverá atender aos avanços verificados nas ciências e na tecnologia em geral e na agronomia em particular, tendo em vista a evolução brasileira para um novo sentido, marcadamente socio-econômico e de amplitude empresarial, bem assim a formação de lideres capazes.

A reformulação do ensino, da pesquisa e da extensão constitui providência preliminar e deve voltar-se para os ditames da problemática nacional e regional. É todavia, a emprêsa privada que reclama melhor condicionamento e capacitação para o processo de desenvolvimento. Neste sentido o ensino agrícola há que ser reestruturado tendo em mira: "a ação concentrada e renovadora na área da educação". E isto requer a implantação e expansão do ensino fundamental (integração do curso primário com o ginasial) tendente a assegurar o instrumental mínimo de trabalho. Na área do ensino médio, reformulação do ensino técnico, programando-se conforme o que está anunciado nas "Metas de Bases para a Ação do Governo."

O preparo de pessoal em nivel de pos-graduação, o estabelecimento de tais cursos onde necessário, a manutenção de cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão com fins de atualização de conhecimentos e serviço às empresas públicas e privadas constituem preocupação e definição doutrinária do documento básico.

Em relação ao estudante de agronomia, além de insistir-se em que se torne para ele uma prática rotineira o uso do método cien-

tífico, recomenda-se que se considere no mesmo a formação da mentalidade do homem brasileiro, posto diante da síntese entre a cultura humanista moderna e a tecnologia.

Firmou-se o princípio de que o profissional de agronomia que o momento brasileiro reclama é aquele que, tendo uma boa e atualizada capacitação técnica, possua igualmente uma boa formação intelectual, capaz de integrar-se e contribuir na orientação e promoção do desenvolvimento agrário nacional e humano.

Reconhecendo o papel relevante da extensão rural, a FAEAB sustenta o princípio de que o Sistema Brasileiro deve ser expandido e aperfeiçoado, mantendo-se a característica de associações sem fins lucrativos.

Não nos deteremos aqui em outros importantes pronunciamentos em relação ao crédito rural, armazenamento, comercialização, abastecimento e outros pontos de sumo interesse à política profissional, por exiguidade de tempo. Todavia, insiste-se na exigência da aplicação da Lei referente ao exercício da profissão. Reclama-se o estudo da lei que regula a comercialização dos produtos agropecuários, pede-se a reformulação da legislação referente à energia elétrica no meio rural, a criação do Estatuto de Eletrificação Rural e uma política de estímulo às cooperativas de eletrificação.

Sentindo de perto por conhecimento direto a angústia do agricultor, conclui que estando este excessivamente onerado e tributado pela complexidade de tributos sobre a mesma atividade, além do ICM que onera em mais de 15% os produtos da terra, não se pode pretender o desenvolvimento rural.

Estas, as linhas do ideário que, em síntese, expressam as proposições e recomendações do Documento Básico para o Desenvolvimento Agrário no Brasil, conforme o que foi aprovado no último Congresso Brasileiro de Agronomia. Referindo-as na oportunidade desta Semana, fazemo-lo no propósito de nossa opção em favor do desenvolvimento agrário, que não poderá se realizar sem estudo, sem debate, sem diálogo e sem crítica sincera, leal, serena, firmada em experiência e convicções.

Certos de que o desenvolvimento do meio rural exige sacrifícios e muito trabalho, cerraremos fileiras cada vez mais unidos pelo ideal, honestidade de propósitos e elevação de princípios.

Saudando-vos em nome da classe e dos que lidam nesta Instituição, agradecemos a cooperação de vossas presenças e trabalho.

Permiti, numa peroração simples e no fecho destas longas palavras, que enalteça para nosso exemplo a dinâmica iniciativa da intelectualidade cearense que, criando no primeiro quartil deste século esta Escola de Agronomia, legou à cultura brasileira, nas terras secas do Nordeste, uma Instituição destinada a abrir cami-

nho à solução científica dos problemas da terra e do homem do Brasil. Ela cresceu com as suas estações, campos e laboratórios e prepara-se para firmar a continuidade do desenvolvimento interior através da pesquisa e da experimentação, do ensino e da educação que farão novos líderes para a nova sociedade.

Erguemos aos vossos olhos, que as convicções do ideal iluminam nesta manhã, toda uma história de aspereza e sofrimentos do grande Nordeste incompreendido, mas que reverdece de esperanças, como as plantas nas primeiras águas. Assim, confraternizemos nesta semana em termos de estudo, trabalho e solidariedade profissional.

Fortaleza, 9.10.72.